



NOTA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

sobre os incidentes de Custóias e Caxias

1. O começo do ano de 1976 foi marcado por trágicos incidentes junto das cadeias de Custóias e de Caxias. Num caso e noutro, milhares de familiares, amigos, democratas manifestaram a sua solidariedade para com militares que tiveram relevante papel no 25 de Abril e que foram presos em relação com os acontecimentos do mês de Novembro. Num caso e noutro, forças militares ou militarizadas agrediram violentamente e abriram fogo contra os manifestantes, causando no conjunto três mortos e numerosos feridos, entre os quais uma criança.

O PCP reprova vivamente esta actuação repressiva, que introduz na vida política portuguesa novos factores de tensões, divisões, conflitos, inquietações e instabilidade.

O PCP requer que seja feito rigoroso inquérito aos acontecimentos e apela aos responsáveis do MFA, das Forças Armadas, para que, a fim de assegurarem as liberdades, a ordem e a tranquilidade pública, sejam dadas ordens estritas de forma a que tais actuações não voltem a repetir-se.

2. Alertando contra o perigo de provocações esquerdistas pseudo-revolucionárias habilmente empurradas pela reacção, alertando em especial contra tais provocações quando dirigidas contra forças militares ou militarizadas, chamando a atenção das massas populares para se não deixarem arrastar pelo radicalismo verbalista nem para formas de luta inadequadas à situação que se vive, o PCP insiste na necessidade imperiosa de ser garantido o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos, incluindo naturalmente os direitos de opinião, de associação, de reunião e de manifestação.

O exercício dos direitos e liberdades pelos cidadãos é em si uma expressão inalienável da ordem democrática. A injustificada e injustificável repressão contra tal exercício é que põe em causa a ordem pública.

3. A grave crise que se atravessa só poderá ser ultrapassada com soluções políticas e não com uma política de repressão.

Pretender impor com a repressão uma viragem à direita contra a vontade das massas populares; pretender impor com a repressão a aplicação duma política económica com aumento vertiginoso dos preços e congelamento de salários fazendo pagar às classes trabalhadoras o peso das dificuldades; pretender impôr com a repressão uma orientação que ponha em causa as grandes conquistas da revolução designadamente as nacionalizações e a reforma agrária, não seria o caminho para a consolidação da democracia, mas o caminho para a instauração duma nova ditadura.

O PCP confia em que as entidades reponsáveis do país, militares e civis, impedirão o perigoso desenvolvimento da tendência para tentar resolver por métodos administrativos e repressivos os graves problemas existentes.

4. O PCP continua a insistir na necessidade do pronto entendimento e na união de esforços de todos quantos queiram impedir o regresso ao passado fascista, assegurar a defesa das liberdades e a construção do novo Portugal democrático.

O PCP continua a insistir na necessidade da diminuição das tensões, de reaproximação e reunificação de sectores e tendências do MFA, para que este continue a ser o garante militar da nossa jovem democracia.

O PCP apela para a unidade de todos os democratas e progressistas, civis e militares, quaisquer que sejam as suas opiniões políticas, a fim de impedir uma maior degradação da situação política. O PCP apela para a firmeza e serenidade das massas populares em defesa dos seus direitos e liberdades, em defesa da revolução e das suas conquistas.

A unidade, a combatividade e a confiança no futuro assegurarão o triunfo final e definitivo da revolução portuguesa, a construção do novo Portugal democrático a caminho do socialismo.

2 de Janeiro de 1976

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português